



Meta fiscal que permite deficit em 2015 passa no Congresso

Projeto que autoriza o governo federal a fechar este ano com resultado primário negativo de até R\$ 119,9 bilhões vai agora para promulgação



Renan Calheiros conduz sessão conjunta em que foi aprovada alteração da meta fiscal deste ano. Destaques apresentados pela oposição foram derrubados

A alteração da meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, aprovada pelos parlamentares ontem, autoriza um deficit primário de até R\$ 119,9 bilhões ao fim de 2015. O projeto vai à promulgação. Era estimado um superavit de R\$ 55,3 bilhões. Porém, com a piora do cenário fiscal desde setembro, o Executivo pediu revisão do valor. A mudança obteve 314 votos favoráveis e 99 contrários de deputados. Entre os senadores, 46 votaram a favor e 16, contra. **12**

Comissão aprova modernização da Lei de Licitações 4

Avançam projetos que ampliam área da Codevasf 6

Medida torna crime fumar em veículo com criança 8

Material nuclear poderá ter que ser rastreado 7

Colegiado adia votação da reforma política 5

Repatriação de recursos vai ao Plenário em regime de urgência

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou o projeto de lei que trata da repatriação de bens e dinheiro não declarados à Receita Federal mantidos no exterior. As pessoas poderão regularizar a situação

pagando apenas Imposto de Renda e multa. A proposta, que agora vai para o Plenário em regime de urgência, faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo e tem o objetivo principal de elevar a arrecadação pública. **3**



Pinheiro, que relatou o projeto de lei na comissão, entre Benedito e Anastasia



Para Aécio, Dilma perdeu condição de tirar o país da crise, mas Humberto acredita que impedimento não passará



Senadores avaliam admissão do pedido de impeachment

A decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de acatar um dos 28 pedidos de impedimento da presidente Dilma Rousseff chegou aos senadores no final da sessão do Congresso em que se discutia a mudança na meta fiscal de 2015. Para o líder do PT, Humberto Costa, não há condição para o impeachment, visto que, afirmou, Dilma não cometeu crime ou ato ilícito.

Já os senadores Aécio Neves, do PSDB, e Ronaldo Caiado, do DEM, avaliaram que a fundamentação do pedido é sólida e que a presidente cometeu crime de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a questão só chegará à Casa dependendo dos desdobramentos na Câmara. E que, por isso, não é prudente antecipar posições. **11**

Para Viana, Brasil chega à COP-21 "com autoridade" 4

Brasil vive epidemia de cesárea, alertam debatedores

O Brasil é recordista mundial em cesáreas, destacaram ontem debatedores em audiência na CDH. Eles defenderam ações para mudar essa realidade e combater a violência obstétrica. **10**



Comissão de Direitos Humanos discutiu ontem a violência obstétrica no Brasil

Defensores dos direitos humanos são condecorados 2

Nesta edição, segue encartado o Monitor Fiscal

Na solenidade de ontem em que o Senado entregou a Comenda Dom Hélder Câmara, os homenageados afirmaram que o país ainda precisa avançar muito na garantia dos direitos humanos



Os senadores Marcelo Crivella (E), Lúcia Vânia (4ª à dir.) e Garibaldi Alves Filho (D) posam para foto entre os condecorados

Condecorados pedem que Brasil proteja as minorias

NA SESSÃO ESPECIAL de entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara ontem, no Plenário, personalidades agraciadas falaram de suas esperanças de uma vida melhor para todos os brasileiros e apelaram por ações da sociedade, dos governantes e dos legisladores por medidas em favor dos grupos mais desprotegidos e discriminados. A comenda é concedida anualmente pelo Senado e está na terceira edição.

— Que o Brasil seja uma festa de cidadania, onde todos possam ter direitos, onde ninguém seja discriminado porque é homossexual, evangélico, espírita, católico, branco, negro, por ter alguma deficiência — afirmou o padre Paulo Roberto, um dos sete agraciados.

O padre foi um dos fundadores do Instituto do Câncer Joel Magalhães, em Macapá, onde participa ativamente de movimentos afrodescendentes.

Ao agradecer a indicação, a desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, do Rio Grande do Sul, cobrou medidas para a superação de preconceitos e da violência contra a comunidade homossexual.

— Este é o país onde mais se matam homossexuais no mundo. A cada 28 horas, no Brasil, mata-se um homossexual por sua orientação sexual ou pela diversidade de gênero. Precisamos mudar essa realidade. Não basta haver pessoas que se dedicam, não basta só o Judiciário conceder direitos. É preciso haver uma legislação.

Família

A desembargadora apelou particularmente aos senadores pela aprovação de um projeto de lei em tramitação na Casa que adota um conceito mais abrangente de família, não contemplando apenas as que são constituídas pela união de

homem e mulher. Ela anunciou que será encaminhada ao Senado, por iniciativa popular, uma proposta relativa ao Estatuto da Diversidade Sexual.

Yvonne Bezerra de Mello, fundadora do Projeto Uerê, no Complexo da Maré, no Rio, pediu aos senadores um novo olhar para a infância. Primeira pessoa a chegar ao local da chacina da Candelária, no Rio, onde oito menores foram assinados por policiais, em 1993, Yvonne disse que continua “enterrando crianças”. Segundo ela, o Estatuto da Criança e do Adolescente não funciona, pois as medidas não são implementadas.

Justiça social

A sessão especial foi dirigida por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que preside o conselho responsável pela atribuição da Comenda Dom Hélder Câmara, a partir de indicações feitas pelos senadores. Ele assinalou que a solenidade anual é sempre uma oportunidade para o reconhecimento de personalidades que “fazem diferença no nosso país, quando o tema envolve gente que se preocupa e se ocupa com gente”.

— São pessoas que fazem da luta pelos direitos humanos uma motivação para a própria existência. São pessoas que, defendendo os direitos básicos da população, fazem-nos crer na bondade humana, na justiça social e num mundo melhor — destacou.

O grupo de personalidades contempladas na edição desse ano inclui ainda Cesare de Florio La Rocca, criador do Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, na Bahia, e Gleice Francisca Machado, que fundou e preside a Associação Brasileira do Xeroderma Pigmentoso, para dar suporte àqueles que sofrem com a doença de pele.

Completam a lista de agraciados Wellington Dantas Mangueira Marques, diretor-presidente da Fundação Renascer, em Sergipe, e dom Moacyr José Vitti (in memoriam), que foi bispo de Curitiba e morreu aos 73 anos, em 2014.

Na solenidade, senadores que patrocinaram cada uma das indicações fizeram a entrega da comenda.

Para Eduardo Amorim (PSC-SE), os homenageados passam a ser novos exemplos para os brasileiros, que necessitam de líderes capazes de inspirar o país, notadamente neste momento de crise, que vai além do problema econômico e fiscal, mas também ético.

— Temos o privilégio de realmente ver estes bons exemplos, apontar e dizer: “Este país tem jeito”. Em muitos cantos, temos os “dom hélderes”, que sonham com um Brasil melhor. Desistir nunca, absolutamente nunca. Não temos esse direito.

Ecumenismo

Ana Amélia (PR-RS) ressaltou o ecumenismo da solenidade de entrega da comenda, inspirada na figura de um líder católico com as qualidades de dom Hélder e dirigida por Crivella, um senador evangélico. Ela citou a diversidade ideológica e partidária dos senadores que apoiaram os agraciados e lembrou a diversidade das causas que eles representam — direitos das crianças e adolescentes, da mulher, do idoso, das pessoas carentes, dos deficientes e dos portadores de doenças.

— Só o fato de dizer “recebi a Comenda Dom Hélder Câmara” já é motivo de grande orgulho, não fosse pelo mérito, pelo valor, pela relevância social do trabalho que cada um de vocês, homens e mulheres, desempenham. Vocês mereceram essa comenda.

Sarney e Simon recebem Grande Colar do Mérito do TCU

Os ex-senadores José Sarney e Pedro Simon foram homenageados ontem, em Brasília, com a entrega do Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União (TCU). Também foram condecorados o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Cesar Asfor Rocha, o empresário Jonas Barcellos Corrêa Filho, o poeta Ferreira Gullar e o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em agosto de 2014 num acidente aéreo.

— São homens que, sem sombra de dúvidas, a contar pelo delinear de virtudes apresentadas, por seus próprios méritos, construíram uma trajetória de vida louvável e inspiradora, em especial porque contribuíram para o desenvolvimento pátrio em

suas respectivas áreas de atuação — disse o presidente do TCU, Aroldo Cedraz.

Criado em 2003, o Grande Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União tem por objetivo condecorar personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham contribuído para as atividades de controle externo desenvolvidas pelo TCU.

Na mesma sessão, foi entregue a medalha comemorativa aos 125 anos do TCU. Foram agraciadas com a medalha a Presidência da República, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal, a Casa Civil da Presidência da República e diversos tribunais superiores. Criado em 1890, o TCU completou 125 anos no dia 7 de novembro.

(Com informações do TCU)



Os ex-senadores Pedro Simon e José Sarney recebem a condecoração do TCU

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



CRA Microdestilarias de álcool

8h A comissão discute 6 itens, entre eles, turno suplementar do substitutivo ao PLS 252/2011, que cria programa de microdestilarias de álcool e biocombustíveis.

CPI DO CARE Relatório final

9h A CPI analisa o relatório final.

CDH Terras indígenas

9h A comissão realiza audiência pública interativa para debater a PEC 215/2000, sobre a demarcação de terras indígenas.

CE Lei Brasileira de Inclusão

9h A comissão realiza audiência interativa sobre a Lei Brasileira de Inclusão.

MP 693/2015 Armas para auditores

9h30 Audiência interativa para debater a medida que libera o porte de arma a servidores da Receita Federal.

CI Atrasos em obras públicas

9h30 A comissão realiza audiência para avaliar atrasos e abandonos de obras públicas e cronograma das obras atuais.

CRE Minerais em fronteiras

10h A comissão pode analisar o PLS 398/2014, sobre a lavra de minerais em faixa de fronteira.

MP 695/2015 Loterias instantâneas

10h30 Continuidade da análise do relatório da medida que amplia a atuação da loteria instantânea.

PRESIDÊNCIA Sessão temática

11h Renan Calheiros dirige sessão temática sobre a escassez de água no Brasil.

DEBATES TEMÁTICOS Crise hídrica

11h Debate sobre a crise hídrica do país.

PLENÁRIO Venda de imóveis da União

14h Pauta trancada pela MP 691/2015.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/tv

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Repatriação de recursos vai para o Plenário

Projeto, que foi aprovado ontem em comissão, prevê que pessoas que mantêm dinheiro e bens não declarados no exterior paguem apenas Imposto de Renda e multa

AGENDA BRASIL

O PROJETO QUE trata da repatriação de dinheiro e patrimônio mantidos no exterior e não declarados à Receita Federal foi aprovado ontem pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. O PLC 186/2015 foi apoiado pelo relator, Walter Pinheiro (PT-BA).

A comissão aprovou pedido de urgência, para que a proposta seja votada rapidamente pelo Plenário do Senado.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do Executivo que cria um regime especial de regularização dos bens e ativos de origem lícita, fixando um tributo único para a legalização.

A proposta impede os políticos de se beneficiarem das novas regras. Por sugestão de Pinheiro, o texto foi aprovado como veio da Câmara, apenas com ajustes de redação, para não precisar retornar à análise dos deputados.

Com o regime especial, brasileiros e estrangeiros residentes no país poderão declarar todo o patrimônio lícito mantido fora do Brasil, ou já repatriado, mas ainda não declarado, existente até 31 de dezembro de 2014.

As pessoas habilitadas a participar do programa que não possuam mais os bens, mas

queiram regularizar a situação também poderão aderir, assim como os que atualmente não são mais residentes no Brasil e eram em dezembro de 2014.

O patrimônio que pode ser declarado abrange depósitos mantidos em contas no exterior, investimentos, empréstimos, pensões, ações, imóveis, carros, aviões e barcos, ainda que estes três últimos estejam em alienação fiduciária. Não entram no regime obras de arte, antiguidades, joias e rebanhos.

Ajuste fiscal

O governo prevê uma arrecadação entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões com a repatriação. É uma das medidas do pacote fiscal para aumentar a receita. O montante arrecadado será destinado ao Tesouro, para repasse a estados e municípios.

— O regime de regularização proposto tem caráter temporário, justamente para mostrar seu viés de excepcionalidade, sendo ainda amarrado a diversas condições impostas — apontou Pinheiro.

O relator não arriscou estimar a arrecadação com a entrada em vigor da proposta, mas avaliou que pode haver exagero nas estimativas atuais.

O único tributo que incidirá sobre os bens será o Imposto de Renda, com alíquota de



O senador Otto Alencar preside a reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional que aprovou o projeto

15%, mais uma multa de igual percentual, totalizando 30%. Quem regularizar a situação será isento de todos os demais tributos federais e de todas as penalidades aplicáveis por outros órgãos regulatórios.

Políticos

Valores em contas no exterior até o limite de R\$ 10 mil por pessoa, convertidos em dólar, estarão isentos da multa.

Os valores consolidados serão convertidos em dólar e depois em real pela cotação de 31 de dezembro de 2014,

de R\$ 2,65. Como atualmente o dólar está em torno de R\$ 3,75, o beneficiário ganhará um desconto de 30% devido à cotação menor. O texto da Câmara impede políticos e detentores de cargos eletivos e seus parentes de aderir ao programa. Além da anistia prevista no texto original para os crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas, com a regularização também serão anistiados lavagem de dinheiro, descaminho, uso de documento falso, associação criminosa, contabilidade paralela, funcionamento irregular

de instituição financeira e falsa identidade para operação de câmbio.

A declaração de regularização dos ativos poderá ser usada como álibi para investigações posteriores, desde que não seja o único elemento probatório.

O projeto do governo se origina de uma proposta de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que tramita no Senado (PLS 298/2015). Um acordo fechado entre governo e senadores levou à apresentação da versão aprovada na Câmara com emendas.

Mudança da taxa de variação do preço do dólar deve ser tema de audiência com o Banco Central

A Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) aprovou ontem três requerimentos, entre eles, o de João Capiberibe (PSB-AP) que prevê o uso do *swap* cambial, que é a troca de taxa de variação do preço do dólar por taxa de juros pós-fixados.

O senador explica que o Banco Central vem usando os *swaps* desde junho de 2013, quando o dólar atingiu R\$ 2,40.

— Quando a moeda norte-americana sobe, o Banco Central registra perdas: em 2015, até outubro, as perdas com essas operações já somavam R\$ 115 bilhões. Se o dólar cair, no entanto, o banco lucra com os *swaps* — afirmou.

Capiberibe requisitou que sejam convocados especialistas do Banco Central para explicar o swap cambial

de forma que a população entenda o assunto.

A comissão aprovou ainda outro requerimento de Capiberibe, que trata da transparência e funcionamento das agências reguladoras federais. Para o senador, pelo fato de essas agências cumprirem atividades de segurança jurídica e protegerem direitos fundamentais, como o acesso à água, energia elétrica, proteção ao meio ambiente, à saúde e qualidade de vida, é necessário intensificar a fiscalização.

O último requerimento aprovado foi apresentado por Paulo Bauer (PSDB-SC), que pretende conhecer os produtos e serviços oferecidos pelo Programa Interlegis às Casas legislativas estaduais, distrital e municipais.

Comissão de Assuntos Sociais aprova depósitos do Sistema S nos Bancos da Amazônia e do Nordeste

Poderão passar a ser movimentados pelos Bancos da Amazônia (Basa) e do Nordeste do Brasil (BNB) os recursos de contribuições destinadas a entidades do Sistema S. A possibilidade está prevista no PLS 7/2009, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O sistema é formado pelos serviços nacionais de Aprendizagem Industrial (Senai), do Comércio (Senac), Rural (Senar) e do Transporte (Senat); pelos serviços sociais da Indústria (Sesi) e do Comércio (Sesc); e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

São direcionadas ao Sistema S contribuições sociais e de interesse das categorias profissionais que incidem sobre a folha de salários das empresas. Os recursos visam à prestação de serviços considerados de interesse público, como aperfeiçoamento profissional e bem-estar social dos trabalhadores.

Embora as entidades do sistema tenham personalidade de direito privado, os recursos das contribuições transferidos a elas são públicos e hoje são movimentados exclusivamente pelo Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Flexa Ribeiro diz não haver impedimento constitucional para que os depósitos sejam também mantidos

em outros bancos oficiais, como o Basa e o BNB, o que ainda não é feito por falta de legislação prevendo essa possibilidade.

— Entendemos que seria conveniente que os bancos regionais federais também fossem depositários dos recursos das entidades do Sistema S, ao menos daqueles que serão aplicados nas regiões de sua atuação, de forma a reforçar o caixa desses bancos.

Outras fontes

No projeto, o senador sugere que o Basa e o BNB possam também operar recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC) e do Fundo Aeroviário, vinculado à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O relator, Humberto Costa (PT-PE), apresentou voto contra o projeto por considerar que Basa e BNB são bancos de fomento, voltados ao financiamento de programas do governo federal, que não teriam capilaridade suficiente para atender as entidades do Sistema S.

O senador apontou inconstitucionalidade na proposta, por incluir o Incra, a DPC e o Fundo Aeroviário, entidades da administração pública federal. O voto contrário do relator foi recusado pelos integrantes da CAS, que acolheram a proposta de Flexa Ribeiro.



Vice-presidente do colegiado, João Capiberibe pretende ouvir especialistas do Banco Central



Fernando Bezerra, relator do projeto de autoria de comissão especial, e Waldemir Moka na Comissão de Infraestrutura

Avança modernização de licitações e contratos

Aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura, substitutivo de Fernando Bezerra Coelho segue agora para o colegiado que examina as propostas da Agenda Brasil e, em seguida, para o Plenário

AGENDA BRASIL

PROPOSTA PARA MODERNIZAÇÃO da Lei de Licitações e Contratos poderá ser votada em Plenário na quarta-feira. Ontem, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou projeto que visa assegurar um melhor planejamento das obras em contratações públicas, maior competitividade nas concorrências e redução de custos para os cofres públicos.

O texto acolhido pela CI é o substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao PLS 559/2013. Segundo o relator, o projeto está “maduro” e seguirá para a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que analisa a Agenda Brasil, onde será relatado por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Essa comissão terá uma semana para fazer as modificações que julgar necessárias.

— E é desejo do presidente da Casa, Renan Calheiros, que a matéria, após votada na Comissão do Desenvolvimento Nacional, possa ser apreciada na sessão do Senado, na quarta-feira, com relatório de Plenário do senador Eunício Oliveira — afirmou Bezerra.

De autoria da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, o PLS 559/2013 objetiva instituir um novo marco legal para licitações e contratos, revogando as Leis 8.666/1993 (a atual norma das licitações) e 10.520/2002 (que instituiu o pregão). Revoga também os artigos 1 a 47 da Lei 12.462/2011, que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Bezerra disse que o trabalho para o aperfeiçoamento do projeto foi feito em parceria com a Casa Civil da Presidência da República, com o presidente do Senado, Renan

Calheiros, e com Anastasia.

Os senadores do colegiado parabenizaram o trabalho da comissão temporária e do relator e ressaltaram que a modernização da Lei de Licitações e Contratos é importante para que o país supere a crise econômica.

Planejamento

O relator na CI destacou os principais pontos do substitutivo, relacionados à infraestrutura. O principal aspecto, segundo Bezerra, foi o aperfeiçoamento da lei para que seja assegurado um melhor planejamento das contratações públicas.

Pelo texto do relator, serviços e obras de engenharia somente poderão começar quando houver projeto executivo. O objetivo é repelir a prática comum de realizar licitações apenas com o projeto básico, acarretando inúmeros aditivos para corrigir as deficiências.

Uma inovação do substitutivo é a modalidade de licitação chamada regime de contratação integrada. O texto determina que esse tipo só ocorra caso a obra custe R\$ 500 milhões ou mais e em situações excepcionais, a exemplo de empreendimentos que envolvam tecnologias não dominadas pela administração pública.

O objetivo é evitar que obras e serviços de características e custos diversos sejam contratados pelo RDC. O regime diferenciado dispensa projetos executivos e plano de execução de obras.

— Os processos licitatórios precisam de parâmetros mais claros e maiores garantias de que as obras e serviços contratados serão entregues à administração pública no tempo previsto e custando o que foi orçado nos projetos executivos — defendeu Bezerra.

O senador ressaltou que o substitutivo favorece maior competitividade e isonomia nos processos licitatórios, já que “haverá parâmetros mais robustos” para que os licitantes apresentem suas propostas. Dessa forma, os riscos de negócio serão diminuídos, atraindo mais interessados e reduzindo os preços ofertados.

Redução de custos

Em relação à redução de custos para o Tesouro, o relatório apresenta uma readequação do sistema de garantias nas contratações públicas.

De acordo com Bezerra, a Lei 8.666/1993 atribui grande parte dos riscos dos contratos para a administração pública.

Para sugerir a modificação, ele se inspirou no modelo adotado pelos Estados Unidos pelo qual as empresas selecionadas em licitações para a execução de obras orçadas acima de US\$ 150 mil apresentam apólices de seguros que protegem o ente público contra riscos de inadimplência do contrato e cobrem os riscos de inadimplência do pagamento dos trabalhadores da obra e dos fornecedores de materiais.

O substitutivo autoriza o poder público a exigir das empresas ganhadoras da licitação a contratação de seguro como garantia para a execução do contrato até 100% do valor do ajuste. Mas, diferentemente da lei estadunidense, o dispositivo deixa à discricionariedade do gestor a escolha do percentual da garantia a ser exigida.

Outra inovação importante é a inclusão de dispositivo que prevê a atualização periódica dos valores contidos na lei. Isso vai impedir que limites, como os de dispensa de licitação, fiquem defasados ao longo do tempo.

Municípios poderão questionar constitucionalidade das leis

As entidades de âmbito nacional que representam os municípios poderão ter legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). A possibilidade é prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2015, aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta, que seguirá para votação em dois turnos no Plenário, atende uma das reivindicações da Marcha dos Prefeitos, ocorrida em maio deste ano. O autor, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que a participação de entidades de representação dos municípios na proposição dessas ações

“fortalece a proteção da ordem jurídica”.

O senador lembrou que a Constituição de 1988 tornou os municípios entes federados autônomos, mas “não os amparou com todas as prerrogativas necessárias para a consolidação dessa nova posição institucional”. A ausência de legitimidade para a propor ADIs e ADCs é um exemplo dessa omissão, segundo o senador.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), notou “um indesejável desbalanceamento” entre o papel federativo dos municípios e as competências, prerrogativas e instrumentos administrativos e judiciais que lhes foram atribuídos para concretizar a nova condição.

Brasil chega à Conferência do Clima com autoridade, diz Viana

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), afirmou que o Brasil pode ter um papel de destaque na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), em Paris, e contribuir com um acordo capaz de evitar que a temperatura do planeta aumente mais de 2°C até 2100 em relação à época pré-industrial, no século 19.

— O Brasil chega a Paris com autoridade. Sediamos a Eco 92 e foi a partir dela que começaram as COPs. Depois sediamos a Rio+20, em 2012, que estabeleceu para o mundo os objetivos de desenvolvimento sustentável. O Brasil sempre foi endereço desse debate internacional — afirmou Viana à Rádio Senado.

Ele está em Paris como integrante da comitiva do governo brasileiro no evento.

Para evitar o aumento da temperatura, a COP-21 tem a missão de comprometer os países com a redução da emissão de gases do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

A presidente Dilma Rousseff

já apresentou as metas do Brasil. Até 2025, o país deverá reduzir em 37% as emissões em relação a 2005. Até 2030, a diminuição chegará a 43%.

Para o senador, que é da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, são metas ousadas:

— Estive ontem [anteontem] num evento que teve a participação do príncipe Charles [do Reino Unido] e ele fez grandes elogios à posição do Brasil. O país está empenhado para que haja um acordo na COP-21 que dê segurança à vida no planeta.

Segundo ele, os países que mais têm de se empenhar são EUA e China, líderes na emissão de gases do efeito estufa.

— Não faz sentido que todos os países tenham as mesmas metas. As emissões atuais da Índia são semelhantes às dos EUA no século 19. O Brasil emite menos que a Inglaterra da Revolução Industrial — disse.

— O importante é que todos colaborem. Ou mudamos o modelo de produção e consumo, que é insustentável, ou depois pagaremos caro.



Evento das Nações Unidas em Paris busca soluções para reduzir efeito estufa

Impasse adia a votação da reforma política

Pedido de vista coletiva, devido à falta de acordo sobre o fim da reeleição para presidente, governador e prefeito, transferiu a análise da proposta na CCJ para quarta-feira

UM IMPASSE SOBRE o fim da reeleição para presidente da República, governador e prefeito levou ao adiamento da votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma política.

Pedido de vista coletiva foi encaminhado por Lindbergh Farias (PT-RJ) e Aécio Neves (PSDB-MG). A PEC 113/2015 deve voltar à pauta da CCJ na próxima quarta-feira.

A polêmica surgiu após a apresentação do relatório favorável à PEC por Raimundo Lira (PMDB-PB). A sugestão do relator foi dividir o texto aprovado pela Câmara em duas propostas. Uma delas, chamada de emergencial, reuniria as partes em que há consenso entre a Câmara e o Senado e que, portanto, estaria pronta para ser promulgada após a manifestação dos senadores. A outra proposta comporia uma PEC paralela, autônoma, reunindo novas recomendações do Senado a serem examinadas pela Câmara.

Três assuntos seriam tratados na proposta pronta para promulgação: o fim da reeleição para cargos do Executivo, a obrigatoriedade de impressão dos votos e a abertura de uma “janela partidária”. Questão levantada por Romero Jucá (PMDB-RR) revelou, entretanto, que ainda não há acordo em torno do fim da reeleição.

— Proponho dois temas na proposta emergencial: a janela partidária e o voto impresso. Uma terceira proposta de emenda trataria do fim da reeleição. E a PEC paralela seria mantida e voltaria para a Câmara — sugeriu Jucá.

Se não alcançaram consenso para



Gleisi Hoffmann, Ronaldo Caiado, Raimundo Lira (em pronunciamento), Romero Jucá, Antonio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira na comissão ontem

votar o fim da reeleição, os senadores estão convencidos da necessidade de aprovação rápida — antes do início do recesso parlamentar — da regulamentação da janela partidária.

Desfiliação

A PEC pronta para promulgação possibilita aos detentores de cargo eletivo trocar de partido até 30 dias após a promulgação da proposta sem riscos de perda do mandato.

No entanto, a desfiliação não vai ser considerada para cálculo do dinheiro do Fundo Partidário nem para contagem do tempo de rádio e televisão.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), se a janela não for aprovada com

urgência, os partidos serão saqueados.

— Quase 90% dos parlamentares se elegeram dentro de uma somatória de todos os candidatos do partido. Então, não se pode colocar a questão da portabilidade do mandato, pois ele usufruiu da condição do partido para ser eleito deputado federal. A legenda recebe o Fundo Partidário pelo número de deputados que tem na sua bancada. Quando ele sai do partido e leva o tempo de rádio e TV e o Fundo Partidário, sem dúvida, está saqueando a estrutura do partido — criticou.

Embora reconheça a necessidade de regulamentação da janela, dúvidas sobre o tratamento ideal para a questão motivaram o pedido de vista.

— Estamos vivendo um momento de profunda crise partidária, inclusive nos grandes partidos. Meu medo é congelar a possibilidade de surgimento de novos partidos legítimos — declarou Lindbergh.

Durante a discussão da PEC 113/2015, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a manutenção dos três temas inseridos por Raimundo Lira na proposta emergencial. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse contrário ao fim da reeleição e prometeu “encrencar com isso”.

Para o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), “a verdade é que não há acordo sobre nada relativo à reforma política no Congresso”.

Medida que reduz ministérios é aprovada em comissão mista

A medida provisória (MP 696/2015) que reduziu de 39 para 31 o número de ministérios e integra o conjunto de ações do pacote fiscal do governo foi aprovada ontem na comissão mista que trata do assunto.

O relator, Donizeti Nogueira (PT-TO), acolheu 8 das 60 emendas apresentadas por parlamentares.

Entre as mudanças, estão a fusão dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social e a extinção do

Ministério da Pesca, transformado em uma secretaria do Ministério da Agricultura.

Donizeti incluiu a palavra “Juventude” ao nome do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, criado pela MP.

A nova pasta surge com a fusão de três secretarias ligadas à Presidência da República: Políticas para as Mulheres, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.

O relator também optou por incorporar a Secretaria da Micro e Pequena Empresa ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Esse arranjo, segundo Donizeti, vai facilitar demandas na área de tributação e compras governamentais, temas da competência do ministério.

No texto original da MP, as secretarias presidenciais (Relações Institucionais e Micro e Pequena Empresa) seriam absorvidas pela Secretaria de Governo da Presidência da República, novo nome da Secretaria-Geral da Presidência.

Além disso, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sairá da Secretaria de Governo da Presidência e passará a ser vinculada à Casa Civil.

Donizeti afirmou que as alterações na estrutura do Executivo, além de reduzir gastos, buscam proporcionar um funcionamento mais ágil e adequado à realidade atual.

— A junção de pastas diminui espaços físicos e gera economia com aluguéis e energia elétrica. O impacto financeiro pode não ser tão grande, mas mostra que o governo está fazendo sua parte — comentou o relator.

A MP será analisada ainda pelos Plenários da Câmara e do Senado.

(Da Agência Câmara)

Atrasos em obras do governo federal serão discutidos hoje

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove audiência pública interativa hoje para discutir, no âmbito do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas em andamento no país.

Foram convidados para o debate a secretária-executiva do Ministério dos Transportes, Natália Marcassa de Souza; o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira; o diretor de Engenharia da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Mario Mondolfo; e o coordenador-geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU), Arsenio José da Costa Dantas.

A iniciativa da audiência pública é de Wellington Fagundes (PR-MT). A reunião tem início às 9h30, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Parecer de Donizeti Nogueira foi aprovado em reunião da comissão especial presidida por Pimentel

Vai a Plenário ampliação de ação da Codevasf

A Paraíba e os Vales dos Rios Mucuri (MG) e Paraguaçu (BA) podem ser incorporados à área da companhia, segundo projeto aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional

A COMPANHIA DE Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) poderá ter sua área de atuação ampliada por projeto aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e que segue agora para o Plenário.

Fruto da conjugação de outros três projetos que tramitaram na Câmara, o PLC 68/2015 incorpora à jurisdição da Codevasf a Paraíba e os Vales dos Rios Mucuri, em Minas Gerais, e Paraguaçu, na Bahia.

De acordo com o relator do projeto, Walter Pinheiro (PT-BA), a Codevasf inicialmente atuava somente no Vale do Rio São Francisco, mas teve sua área de jurisdição ampliada ao longo dos anos devido à implantação bem-sucedida de diversos empreendimentos agroindustriais e agropecuários para utilização da água e do solo em regiões onde esses recursos são escassos.

Em razão dos bons resul-

tados de tais projetos, disse Pinheiro, muitas regiões antes carentes puderam se desenvolver e melhorar as condições socioeconômicas de seus habitantes, como é o caso do perímetro irrigado de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), na divisa entre os estados, onde foi instalado importante polo agroindustrial.

Transposição

Segundo o relator, esses vales carecem da ação articulada do governo federal para o enfrentamento de diversos problemas de natureza hídrica e ambiental.

Pinheiro também observou que a presença da Codevasf se faz necessária para a adoção de medidas que resultem no pleno e adequado uso da água proveniente da transposição do Rio São Francisco pela população da Paraíba. Daí por que o senador considerou tão importante a CDR aprovar o projeto.



Donizeti Nogueira (E, à mesa) e Davi Alcolumbre em reunião da CDR que aprovou dois projetos sobre a Codevasf

Inclusão de mais oito vales de rios segue para a Câmara

Também os Vales dos Rios Paraíba, Mundaú e Jequiá (entre Pernambuco e Paraíba) e dos Rios Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã (que passam pelo Maranhão) podem ser incluídos na área de atuação da Codevasf.

Outro projeto aprovado ontem na CDR — o substitutivo de Pinheiro ao PLS 370/2014, de Benedito de Lira (PP-AL),

e ao PLS 85/2015, do senador Roberto Rocha (PSB-MA)— prevê uma região maior na jurisdição da companhia.

O objetivo da proposta é facilitar uma ação articulada do governo federal em áreas que enfrentam crise hídrica e ambiental, beneficiando Pernambuco, Paraíba e Maranhão.

O relator incorporou os

vales dos rios maranhenses citados na proposta de Roberto Rocha ao texto de Benedito de Lira. Assim, o PLS 85/2015 foi considerado rejeitado, mas seu conteúdo foi contemplado, e o PLS 370/2014, aprovado na forma do substitutivo.

A proposta segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Comissão vota incentivo a agricultura indígena

A Comissão de Agricultura (CRA) analisa hoje o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 74/2014, que facilita a implantação de planos específicos de apoio à agricultura indígena. O texto prevê linhas de crédito que se estendam, além da agricultura, às atividades de pesca, caça, criação de animais de pequeno porte e à pecuária praticadas pelos índios.

Pelo projeto, do senador, Wellington Fagundes (PR-MT), então deputado, caberá ao poder público, com a participação das comunidades indígenas, garantir a proteção dos recursos naturais nas terras destinadas à agricultura, promover a recuperação dos recursos que tenham sofrido processo de degradação e desenvolver programas de educação ambiental. Segundo ele, a definição de “agricultura indígena” permitirá a implantação de políticas públicas diferenciadas para essas populações, sem renunciar às suas culturas e tradições. O relator, senador José Medeiros (PPS-MT), é favorável à proposta.

Em agosto, quando foi discutido pela primeira vez na CRA, o projeto teve pedido de vista concedido a Lasier Martins (PDT-RS) e Waldemir Moka (PMDB-MS). Aprovado, será enviado para o Plenário.

Resíduos tóxicos

Também na pauta da CRA, o PLC 49/2015, que torna obrigatória a realização de análise de resíduos de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas em todos os produtos agropecuários importados, bem como seus derivados e subprodutos, in natura ou semiprocessados.

A proposta foi debatida no dia 26, em audiência pública em que especialistas na área defenderam que a análise de todos os produtos, em substituição ao atual controle por amostragem, seria inviável.

O projeto teve apoio do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), que apresentou substitutivo para incluir as medidas propostas no texto original na Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), e não em lei específica, como propõe o

autor da matéria, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Se aprovado na CRA, o texto vai ao Plenário.

Microusinas

A CRA deve votar ainda turno suplementar do PLS 252/2011, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis (Promicro) para incentivar a produção de biocombustíveis por microusinas. Pelo texto, de Acir Gurgacz (PDT-RO), poderão ser criadas linhas de crédito para atividades agrícolas, industriais e de distribuição de biocombustíveis produzidos nas microusinas.

Agricultores familiares terão prioridade nos benefícios. Também serão favorecidas microusinas em localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e as que usam como matéria-prima plantas nativas. O texto prevê ainda isenção de PIS-Pasep, Cofins e IPI incidentes sobre equipamentos para as microusinas. Após análise, o PLS vai para a Câmara dos Deputados.

Projeto de lei inclui semiárido na área de atuação da Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou o PLS 249/2015, que insere o semiárido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A proposta, de Roberto Rocha (PSB-MA), define como semiárido a região dentro da Sudene delimitada pelos municípios que apresentem uma das seguintes características: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros, índice de aridez de até 0,5 (calculado pelo balanço

hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial em 40 anos) e risco de ocorrência de seca superior a 60% (calculado com base numa série estatística não inferior a 40 anos).

Pela legislação atual, compete à Sudene, por meio de portaria, definir o que é semiárido.

Favorável à proposta, o relator, Elmano Férrer (PTB-PI), salientou que o projeto transforma em lei os critérios já estabelecidos em portaria.

Se não receber emendas, o texto vai para a Câmara.

Avança criação da Frente Parlamentar em Apoio à Sudam

A Comissão de Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem relatório favorável a projeto de resolução (PRS 49/2015) que cria a Frente Parlamentar em Apoio à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) no Senado Federal. A matéria segue para exame da Comissão Diretora.

Entre as finalidades da frente, está a de promover debates com a sociedade no Congresso para aprimorar a legislação federal, de modo a ampliar e atingir os objetivos da Sudam, e a de acompanhar as políticas públicas, projetos e programas na área de atuação do órgão, visando ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

O autor do texto, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirma que a área de atuação da Sudam corresponde a 61% do território nacional e abrange os oito estados da Região Norte, além de Mato Grosso e parte do Maranhão, que formam a Amazônia Legal. Para ele, o órgão tem o desafio de “promover o progresso de uma região do país que apresenta enormes diferenças em termos de desenvolvimento econômico e social se comparada às demais”.

No relatório favorável, Gladson Cameli (PP-AC) disse que a criação da frente representa o compromisso do Legislativo com a redução das desigualdades sociais e regionais.



Ana Amélia conduz audiência pública que, na semana passada, debateu análise de produtos agropecuários importados

Rastrear material nuclear pode ser obrigatório

A Comissão de Infraestrutura aprovou projeto que determina a acoplagem de um mecanismo para acompanhar o transporte desse tipo de carga por todo o território nacional

AGENDA BRASIL

O TRANSPORTE DE materiais nucleares em território nacional deverá ser obrigatoriamente rastreado, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O PLC 127/2013 foi acatado na forma de substitutivo de Elmano Férrer (PTB-PI) e segue agora para o Plenário.

A proposta determina que um mecanismo de rastreamento por satélite seja acoplado à carga durante o transporte, de acordo com regulamento aprovado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O projeto ressalva da exigência apenas o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança.

Na justificativa do autor, deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), o controle do material radioativo tem o objetivo de diminuir os efeitos de acidentes provocados por furtos, roubos ou extravios de cargas durante o transporte. Na Câmara, o projeto foi aprovado para criar uma nova lei.

Elmano, relator no Senado, transformou em substitutivo apenas para que o projeto altere a legislação já existente sobre o tema: a Lei 6.189/1974.

O senador explicou que a Lei Complementar 95/1998, que dispõe sobre a elaboração de leis, diz que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a nova complementa a considerada básica.

Na comissão, o relatório foi lido pelo senador Dalírio Beber (PSDB-SC).



Veículo com carga radioativa: segue para o Plenário projeto sobre controle de material para diminuir efeitos de acidentes

Texto incentiva autoprodução de energia alternativa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que garante incentivos à autoprodução de energia a partir de fontes alternativas, como solar, eólica e de biomassa. A proposta, aprovada na forma de um texto substitutivo, segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator do PLS 48/2014, Walter Pinheiro (PT-BA), considerou importante a iniciativa, mas detectou dois problemas na proposição. Ele lembrou que deputados ou senadores não podem autorizar o Poder Executivo a tomar providência que é de competência exclusiva do governo, como consta do artigo 1º do projeto, sob pena de inconstitucionalidade.

Já o artigo 2º, no entendimento do relator, resultará em aumento da tarifa ao determinar que as distribuidoras comprem compulsoriamente eventuais excedentes, visto que elas repassarão os custos extras aos consumidores.

Com isso, o senador optou por alterar a proposta. A primeira mudança permite o uso dos recursos da conta do trabalhador no Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de painéis fotovoltaicos e microturbinas eólicas.

“Essa medida viabilizará enorme mercado, capaz de criar a escala de demanda necessária para reduzir os custos de produção desses equipamentos e atrair fabricantes para se instalarem no Brasil”, argumenta no parecer.

De acordo com o substitutivo, qualquer pessoa, condomínio, propriedade rural, empresa (individualmente ou em consórcio com outras) poderá produzir a própria energia, gerenciar o consumo e vender o excedente para a concessionária de distribuição local.

Para resolver a questão do possível aumento da tarifa pela compra compulsória da energia pelas distribuidoras, o senador limitou a quantidade de energia elétrica que elas deverão comprar em 3% da estimativa de carga total do mercado da distribuidora. Também estabeleceu um preço de referência para a aquisição da energia de modo a não onerar demais o consumidor.

Dalírio Beber (PSDB-SC) elogiou a proposta de iniciativa

comum do ex-senador Inácio Arruda e da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e as mudanças feitas por Pinheiro. Para o senador, o projeto vai estimular a iniciativa da microgeração.

— Muitos microgeradores de energia deixaram de fazê-lo no passado, justamente pela dificuldade que tinham de colocar o excedente de produção da geração de energia no mercado. Esse projeto de lei, uma vez aprovado, com certeza vai despertar essa iniciativa, vai fomentar. E muitas iniciativas dessa natureza vão contribuir fortemente para nós termos um setor de geração de energia elétrica muito mais fortalecido — disse Beber.

Pinheiro afirmou que o projeto supre lacuna que existe no incentivo à microgeração distribuída e ressaltou que esse debate é mundial.

— Estive recentemente discutindo, num seminário internacional, os erros de alguns países e de algumas empresas nas medidas adotadas para fazer algo numa escala extremamente ampliada e que tiveram que recuar efetivamente para essa área da micro e da minigeração.

Comitê deverá ser consultado sobre nova vazão de reservatório

AGENDA BRASIL

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que institui a participação dos comitês de bacia hidrográfica no processo decisório de alteração das vazões em reservatórios reguladores. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 265/2014, aprovado na forma de um substitutivo, vai agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto aprovado determina prazo de 15 dias para os comitês se pronunciarem após serem consultados.

De Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto original determina que a alteração da vazão outorgada nos reservatórios regularizadores dependeria de consulta prévia do respectivo comitê de bacia hidrográfica. O grupo, por sua vez, fixaria o cronograma para a alteração da vazão, que deveria ser feita de forma gradual. Pela proposta, a Agência Nacional de Águas (ANA) seria obrigada a seguir o cronograma do comitê na definição e na fiscalização.

Os comitês de bacia

hidrográfica são compostos de diversos setores usuários de água, das organizações da sociedade civil e dos poderes públicos e existem desde 1988. Esses organismos atuam na gestão da água nas bacias hidrográficas e entre suas competências estão aprovar o plano de recursos hídricos da bacia e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), modificou o projeto para evitar inconstitucionalidades. O senador observou que a fixação do cronograma pelos comitês e obrigação de a ANA segui-lo seriam medidas inconstitucionais, já que as competências regulatórias e fiscalizatórias são exclusivas do Estado.

No substitutivo, Bezerra determina que os comitês sejam consultados previamente sobre as alterações de vazão e que tenham prazo máximo de 15 dias para se pronunciarem.

Com o PLS 265/2014 também tramita o PLS 288/2014, que foi considerado prejudicado pelo relator porque trata do mesmo assunto e é o mais antigo.

Aprovado aumento de recursos para revitalização de rios

AGENDA BRASIL

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem projeto que destina mais recursos às ações de revitalização dos rios, com o aumento do percentual da compensação financeira paga

pela utilização de aproveitamentos hidrelétricos.

O texto aprovado é um substitutivo de Otto Alencar (PSD-BA) ao PLS 429/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB). O projeto será votado em turno suplementar na próxima semana.

De acordo com a nova versão

do texto, estados e municípios deverão investir o equivalente a 6% da contribuição em ações de preservação das matas ciliares e das nascentes. No caso específico do Rio São Francisco, o projeto estabelece a elevação do percentual pago pelo uso dos recursos hídricos de 0,75% para 2%, a serem

divididos entre o Ministério de Meio Ambiente e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente em ações de revitalização do rio.

O texto inicial, que altera dispositivos da Lei 9.648/1998,

contemplava apenas a Bacia do São Francisco, aumentando em três pontos percentuais a compensação paga pela exploração dos recursos do rio. Para o relator, porém, todos os rios do país estão ameaçados, em maior ou menor grau, e devem receber proteção, voltada para a revitalização.



Senadores participam da sessão em que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou o projeto que trata do fumo em veículos

Fumar em carro com criança ou grávida deve virar crime

Pena para quem acender cigarro em veículo particular ou público incluirá multa e até 4 anos de prisão. Projeto, que agora vai para a Câmara, é de Marcelo Crivella e tem como objetivo preservar a saúde

ESTARÁ SUJEITO A multa e pena de dois a quatro anos de detenção a pessoa que fumar em veículo público ou privado que esteja conduzindo gestante, criança ou adolescente. A medida está prevista no PLS 694/2015, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), aprovado ontem em decisão terminativa (sem necessidade da aprovação do Plenário) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor propõe incluir a prática entre os crimes previstos no Estatuto da Criança e do

Adolescente (Lei 8.069/1990). Não terá cometido o crime o fumante que, após ser advertido por qualquer pessoa, apagar o cigarro. Por outro lado, a pessoa reincidente que for condenada pela prática poderá ter a pena aumentada em um terço.

Crivella também propõe modificar a lei que impôs restrições de locais públicos para fumantes (Lei 9.294/1996) para incluir a proibição ao fumo em veículos quando neles estejam gestantes, crianças ou adolescentes.

Para justificar a proposta, o autor cita diversos estudos mostrando que o fumo pode levar a partos prematuros ou mesmo à interrupção da gestação, comprometer o desenvolvimento neurológico de crianças e aumentar a incidência de doenças como bronquiolite, asma e pneumonia, entre outros problemas.

O projeto, que contou com voto favorável da relatora, Marta Suplicy (PT-SP), vai agora para análise da Câmara dos Deputados.

Estatuto da Pessoa com Deficiência será tema de debate hoje no Senado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai debater hoje a aplicação da Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida por Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

O texto, em vigor desde julho, visa garantir, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais desses cidadãos, objetivando a inclusão social e a cidadania.

A audiência, que começa às 9h, faz parte do encerramento da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Foram convidados para a discussão o diretor de Relações Institucionais do Comitê Paralímpico Brasileiro, Luiz Garcia; o embaixador do Reino Unido no Brasil, Alex Ellis; a doutora em Educação Loni Elisete Manica; e o assessor de Inclusão da Pessoa com Deficiência do gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS), Luciano Ambrósio Campos.

O presidente da CE, Romário

(PSB-RJ), propôs o debate. Ele lembrou que pessoas com deficiência são mais vulneráveis a abusos e normalmente não frequentam a escola ou têm emprego.

— A maioria dos deficientes não consegue entrar no mercado de trabalho, principalmente porque alguns empregadores acreditam que essas pessoas não são capazes de realizar o trabalho com eficiência, além de acharem que a construção de um ambiente acessível é bastante cara — ressaltou Romário.

O senador diz ser fundamental a criação de políticas que acolham melhor essa parcela da população.

A audiência pública na Comissão de Educação terá tradução simultânea na língua brasileira de sinais (Libras).

A audiência pública será interativa — cidadãos de todo o país poderão enviar mensagens em tempo real.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Compra de material de construção pode ser subsidiada

Recursos do Programa Minha Casa Melhor poderão financiar a compra de material para obras de adaptação em casas do Minha Casa, Minha Vida. É o que propõe Romero Jucá (PMDB-RR), autor do PLS 217/2014, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O Programa Minha Casa Melhor oferece crédito a juros menores que os do mercado para que beneficiários do Minha Casa, Minha Vida comprem bens de consumo como

eletrodomésticos, móveis e computadores. Com o projeto, Jucá quer incluir situações como a apresentada a ele por uma beneficiária de Boa Vista que é cadeirante e relatou necessidade de recursos para fazer adaptações na casa.

— A dona Ivone me disse que comprar uma televisão é bom, mas que, para ela, o mais importante é fazer uma rampa e murar a casa, para maior proteção. O projeto é uma homenagem à dona Ivone

e às pessoas com deficiência ou com necessidade de adaptação da moradia do programa.

A relatora substituta, Ana Amélia (PP-RS), manteve o voto do relator, Benedito de Lira (PP-AL), ressaltando que o texto não amplia gastos do governo e ajuda as famílias beneficiárias do Minha Casa, Minha Vida a adaptar os imóveis às suas necessidades.

A proposta agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Comissão aprova fases para implantação de sistema que vai rastrear remédios

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem etapas para teste e posterior implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que permitirá rastrear remédios da indústria até o consumidor.

O texto acatado pela comissão é um substitutivo da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ao PLS 276/2015, do senador Humberto Costa (PT-PE). O projeto agora segue para a Câmara.

A relatora discordou da prorrogação de três para dez anos no prazo para implantação do sistema, como previsto no projeto original.

Vanessa concorda que o período de três anos estabelecido na Lei 11.903/2009, que institui o sistema, foi insuficiente, mas propõe prazos mais curtos que os sugeridos pelo autor e etapas para teste, correção de erros e implantação do sistema.

Conforme o substitutivo aprovado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) terá quatro meses para concluir as normas de regulamentações do sistema, definindo, por exemplo, as categorias de medicamentos sujeitas ao rastreamento.

Depois de concluída a regulamentação, indústria, importadores e representantes da distribuição e do varejo escolhidos pela Anvisa terão até um ano para, em

caráter experimental, receber e transmitir dados referentes a, no mínimo, três lotes de medicamentos.

Depois disso, o órgão fiscalizador terá até oito meses para análise e correção dos resultados obtidos na fase experimental. A partir daí, serão mais três anos para a completa implementação do sistema.

Banco de dados

O texto prevê a formação de um banco de dados, centralizado pelo governo federal, para armazenamento e consulta sobre a movimentação de medicamentos. Fabricantes, distribuidores e varejistas serão responsáveis por transmitir todos os registros a respeito da circulação dos medicamentos sob a responsabilidade deles.

As informações do banco de dados serão confidenciais e não poderão ser divulgadas ou comercializadas. Um membro da cadeia de movimentação dos medicamentos poderá consultar apenas os dados por ele inseridos e aqueles necessários à inclusão de novas informações.

Com a definição dos novos prazos, Vanessa Grazziotin disse que será possível a estruturação do sistema com o rigor necessário para coibir a circulação de medicamentos falsificados ou que tenham sido roubados.

Audiência ouvirá ministro sobre casos de microcefalia

O ministro da Saúde, Marcelo Castro, será convidado a discutir em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o aumento de números de casos de microcefalia no país.

Um requerimento nesse sentido, apresentado pelo presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), foi aprovado ontem.

Conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde, foram registrados neste ano mais de 1,2 mil casos com suspeita

de microcefalia, contra 147 casos em 2014. O órgão tem apontado a relação entre o vírus zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, e os casos de microcefalia.

Lobão diz ser importante ouvir do ministro como têm sido feitas as pesquisas para descobrir as formas de transmissão do vírus, a atuação no organismo e qual o período de maior vulnerabilidade para a gestante.

A data da audiência na CAS ainda não foi marcada.



Marcelo Castro, da Saúde, deve explicar relação da doença com vírus

Projeto que determina testes periódicos do estado físico e psicológico dos profissionais que transportam cargas e passageiros passou ontem por primeira votação na CAS

Motorista pode ter direito a avaliação de saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem texto substitutivo de Ana Amélia (PP-RS) ao projeto que garante a motoristas profissionais o direito a avaliação periódica da saúde física e psicológica, por meio de programas permanentes de saúde ocupacional. A proposta precisa passar por votação em turno suplementar na comissão antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

O projeto (PLS 407/2012) altera a Lei 13.103/2015, que trata do exercício da profissão do motorista cuja atividade é o transporte rodoviário de cargas e de passageiros, o que inclui profissionais autônomos, contratados ou cooperados.

O substitutivo prevê que a lei resultante do projeto será regulamentada de forma a definir diretrizes, periodicidade e alcance da avaliação de saúde. O regulamento poderá estabelecer mecanismos que tornem a avaliação obrigatória.

Ana Amélia considera que a iniciativa contribuirá para reduzir o grande número de acidentes nas estradas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Objetivo do texto substitutivo da senadora Ana Amélia é contribuir para a redução de acidentes

A senadora observou que, em 2011, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) registrou mais de 330 mil acidentes nas estradas federais, cerca de 93 mil envolvendo veículos de carga. Ela disse que 9 em 10 acidentes tiveram como causa principal o comportamento do condutor.

— É urgente aumentar as exigências que possam contribuir para melhorar as habilidades e as condições físicas e psicológicas dos motoristas — afirmou a senadora.

No projeto original, o autor, Eduardo Amorim (PSC-SE), obrigava os caminhoneiros autônomos a se sub-

meterem a avaliação anual de saúde. O texto do senador previa modificações na Lei 11.442/2007 para condicionar a manutenção da inscrição dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas a essa avaliação.

No substitutivo, Ana Amélia transforma a avaliação periódica em um direito do motorista profissional e não uma obrigação. A relatora também ampliou o alcance do projeto, incluindo todas as categorias de motoristas profissionais que transportam pessoas e cargas nas rodovias.

As modificações ajustam o texto às normas previstas na Lei 13.103/2015, aprovada este ano, que estabelece o direito dos motoristas profissionais a ter acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento profilático, terapêutico e reabilitador.

Como observou a senadora, essa lei já obriga motoristas profissionais a se submeterem a exames toxicológicos periódicos como forma de detectar e tratar casos de dependência de substâncias psicoativas.

Adiada votação sobre permissão de dirigir no exterior

Um pedido de vista apresentado ontem adiou a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de projeto de lei da Câmara (PLC) que autoriza associações habilitadas pelo governo federal a emitir a permissão internacional para dirigir.

O adiamento da votação do PLC 95/2012 foi pedido por Simone Tebet (PMDB-MS) após a apresentação de parecer favorável à proposta pelo relator, Dário Berger (PMDB-SC).

— Delegar uma função típica de Estado para a iniciativa pri-

vada é inconstitucional. Acho temerário, porque o projeto não fala só de permissão internacional para dirigir, mas de certificado de passagem nas alfândegas. Tenho dúvidas sobre a precariedade da relação que pode surgir daqui para frente — disse Simone.

A constitucionalidade do texto também foi questionada por Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— Entendo que a delegação de uma função pública exclusiva de Estado a uma associação é inconstitucional. É uma atribuição privativa da União e a transferência para

uma entidade privada geraria a expedição de documentos sem a necessária fé pública. Essa atribuição só pode ser delegada a estados e ao Distrito Federal — argumentou a senadora.

O relator tentou defender o projeto alegando que a fé pública está institucionalizada na carteira de motorista e que o credenciamento de associações habilitadas tornaria mais ágil a expedição da permissão internacional para dirigir. Se o PLC for aprovado pela CCJ sem mudanças, será enviado à sanção presidencial.

Vai ao Plenário proposta que reconhece a profissão de designer de interiores

Projeto que reconhece a profissão de designer de interiores e ambientes foi aprovado ontem na CAS e segue para decisão final em Plenário. O texto assegura o exercício da profissão a portadores de diploma de curso superior nas áreas de design de interiores, composição de interior, design de ambientes na especificidade de interiores e em arquitetura e urbanismo.

O PLC 97/2015, apresentado pelo deputado Ricardo Izar (PSD-SP), teve a ementa modificada pelo relator na CAS, senador Paulo Paim (PT-RS). O texto original tratava da regulamentação da profissão,

mas, com a modificação do relator, passará a dispor “sobre a garantia do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes”.

A mudança foi necessária para evitar veto presidencial ao texto, como ocorreu em julho, com projeto que pretendia regulamentar a profissão de designer (PL 5.712/2001). Paim lembrou que a redação da nova ementa resultou de acordo obtido em audiência pública sobre a matéria.

— A profissão já existe, os profissionais já estão atuando, já tem universidade no país todo e queremos apenas assegurar o que de fato já está acontecendo — disse.

Comissão aprova regulamentação da gorjeta

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem substitutivo ao projeto que regulamenta a prática da gorjeta em bares, restaurantes, hotéis, motéis e similares. Com a aprovação do PLC 57/2010, apresentado pelo ex-deputado Gilmar Machado, vários processos judiciais que poderiam provocar o fechamento de pequenos estabelecimentos podem agora ter uma solução.

O relator do texto, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que a aprovação definitiva do projeto trará segurança jurídica a empregados e empregadores, contribuindo também para o aumento da remuneração dos trabalhadores. O senador afirmou que os setores envolvidos empregam mais de 6 milhões de pessoas e pelo menos 2 milhões delas participam do rateio de gorjetas.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Ferraço, relator, projeto trará segurança jurídica a empregados e patrões

“São áreas de enorme importância no turismo e no desenvolvimento econômico. Só os bares e restaurantes respondem por 2,7% do PIB”, afirma no relatório.

Ferraço também explicou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já trata de gorjetas, mas a norma tem se mostrado insuficiente. Isso porque as dúvidas sobre o recebimento das gorjetas

continuam sendo a principal causa de conflitos entre patrões e empregados e motivo de fechamento de empresas, decorrente de decisões imprevisíveis da Justiça do Trabalho.

A matéria precisa ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em votação terminativa, e, caso seja aprovada sem emendas, seguirá para sanção presidencial.

Ampliação dos direitos de advogados para acesso a documentos avança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta que amplia direitos do advogado relativos ao processo penal. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2015 altera o Estatuto da OAB, garantindo ao profissional a possibilidade de acesso a todos os documentos de uma investigação, físicos ou digitais, mesmo que ela ainda esteja em curso. De autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), segue para Plenário.

A regra já vale para as delegacias de polícia, mas não abrange outras instituições, como o Ministério Público, que realiza procedimentos similares. Para isso, substitui

a expressão “repartição policial” por “qualquer instituição responsável por conduzir investigação”. O projeto propõe novos direitos ao advogado: o de assistir o cliente durante toda a apuração de infrações penais, sob pena de nulidade absoluta de atos processuais, e o de apresentar razões e quesitos e de requisitar diligências. Também detalha o acesso de advogados em casos sigilosos, quando será necessária procuração do cliente investigado.

Para o relator na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta é bem-vinda:

— A indispensabilidade do advogado para a Justiça é inevitavelmente aqui ratificada.

Cesariana é epidemia no país, aponta debate

Procedimento representa 80% dos partos na rede privada e 40%, na pública, as maiores taxas do mundo. Especialistas defendem ações contra prática, que traz riscos

ESTUDIOSOS DA ÁREA de saúde chamaram a atenção ontem para o elevado número de cesarianas no país, que definiram como epidemia, e o impacto desses procedimentos na mortalidade infantil e na materna. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O Brasil é o país com maior taxa de cesáreas do mundo: 84% dos nascimentos na rede privada e 40% dos partos na rede pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS), porém, recomenda 15%.

Para a coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther Vilela, a cesariana tem se mostrado desnecessária em muitos casos e prejudicial à saúde das gestantes.

Ela considera que existe um modelo de assistência à

saúde violenta que banaliza e comercializa o nascimento.

— Nós temos também a banalização da cesariana, como se a cesariana não tivesse risco nenhum. E temos riscos imediatos da cesariana. É mais arriscada durante o parto, e ainda temos riscos futuros para mãe e bebê — afirmou.

Violência obstétrica

Para combater os casos de violência obstétrica no país, os debatedores disseram que é preciso promover a saúde infantil e materna, garantir os direitos reprodutivos da mulher e alterar as práticas na saúde privada e pública.

A violência obstétrica dentro das unidades de saúde vai da imposição médica na hora do parto ao tratamento desrespeitoso dos profissionais de saúde contra a mulher e a criança.



Ângela (C) coordena debate sobre combate à violência obstétrica, que tira da mulher o direito de decidir sobre o parto

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo revela que uma em cada quatro mulheres já sofreu violência durante o parto no país.

Ângela Portela (PT-RR), que solicitou a audiência pública,

afirmou que ainda falta muito para o país realizar no combate à violência obstétrica.

— Precisamos avançar muito nas políticas voltadas para combater esse tipo de violência: apresentar propostas

viáveis, destinar recursos no orçamento para que os estados e os municípios possam implementar essas políticas tão importantes para combater a violência obstétrica — disse a senadora.

Mulher sofre agressão virtual, destaca evento

A violência física e psicológica contra a mulher é visível agora também na internet por meio do *cyberbullying* e *revenge porn* (pornografia da vingança). A avaliação é de debatedores que participaram ontem do seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais.

Representantes da sociedade civil se reuniram, no Auditório do Interlegis, para discutir formas de combate às agressões sofridas virtualmente. A discussão foi embasada em relatos e pesquisas sobre o tema.

Na avaliação da procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a informação por si só não tem sido suficiente para mudar a realidade. Ela se referia à pesquisa do DataSenado publicada em agosto que mostrou que 100% das entrevistadas disseram conhecer a Lei Maria da Penha.

— O conhecimento existe, mas ele não é completamente dominado. Esse tema sugere o quanto a gente ainda tem que aprender, inclusive com relação às formas de lutar contra



Seminário discutiu formas de combater a violência contra a mulher na internet

a violência. Esses debates são importantes para nos preparar para a luta de empoderamento das mulheres — disse Vanessa.

A pesquisa mostrou que uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de agressão. Dessas vítimas, 26% ainda convivem com o responsável pela violência.

Dividido em dois painéis — “Velhas violências, novas mídias” e “Liberdade de expressão versus direito à intimidade” —, o seminário foi visto pelas participantes como espaço necessário de debate.

— Por mais que nós tenhamos avançado no debate feminista e nas discussões

a respeito de papéis mais igualitários entre homens e mulheres, o que as redes sociais mostram é a repetição de padrões de situações de humilhação contra a mulher, já conhecidas dentro das comunidades off-line — disse Soraia Mendes, representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

O evento, promovido pela Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher e pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado, integra a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, mobilização anual.

Livro analisa inclusão da pessoa com deficiência pelo mercado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) fez ontem audiência pública em que foi lançado o livro *Inclusão das Pessoas com Deficiência na Educação Profissional e no Trabalho*. O evento fez parte da 9ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência no Senado.

A iniciativa foi do presidente da CE, Romário (PSB-RJ), que ressaltou a importância que a obra pode ter na vida de milhões de brasileiros acometidos por alguma deficiência, assim como na dos familiares.

O senador destacou o fato de o livro apresentar uma pesquisa inédita, feita em 18 estados, sobre as possibilidades e os limites para uma real inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.

— É uma pesquisa que consolida o ponto de vista de milhares de pessoas que tratam diariamente desse desafio — disse Romário, para quem a obra terá na prática o efeito de um manual para gestores.

Dois dos autores participaram da audiência: a doutora em educação Loni Elisete Manica e Geraldo Caliman.



Publicação apresentada em audiência traz pesquisa feita em 18 estados

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Vários senadores avaliaram decisão do presidente da Câmara de acatar requerimento dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal contra a presidente Dilma

Ana Vólper/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto diz que Dilma não cometeu crime e, portanto, não há condições para o impedimento, enquanto Aécio afirma que a fundamentação do processo é sólida

Admissão do pedido de impeachment repercute entre governo e oposição

LOGO APÓS O encerramento da sessão do Congresso que aprovou a mudança da meta fiscal de 2015 (leia na pág. 12), senadores comentaram a decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de acatar um dos pedidos de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que ainda não havia tomado conhecimento do teor do processo. E lembrou que a questão só chegará ao Senado dependendo dos desdobramentos na Câmara:

— Portanto, não é prudente antecipar qualquer posição.

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), a decisão de Cunha foi uma retaliação e tentativa de golpe.

— Acho que a opinião pública nacional está absolutamente esclarecida de que é uma retaliação. Não podemos tratar um tema tão relevante como esse, a retirada eventual de um presidente da República eleito, porque alguém deseja retaliar — afirmou.

Ao ser questionado se foi chantagem, o senador afirmou que “qualquer cidadão brasileiro tem condições de fazer essa avaliação”.

— Acho algo muito pequeno para alguém que tem uma função tão relevante — disse Humberto Costa em relação ao presidente da Câmara.

Para o senador, será possível reverter a situação.

— Hoje demos uma demonstração importante de que a nossa base está se consolidando, as pessoas estão se preocupando com o país e não simplesmente em desgastar o governo e, como tal, eu acredito que há possibilidade de nós rejeitarmos essa tentativa de golpe — acrescentou.

O líder do PT disse ainda que não existem condições para o impeachment, pois, em seu entender, Dilma Rousseff não cometeu crime ou ato ilícito.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse não ter condição de interpretar as motivações de Eduardo Cunha. Também avaliou que a fundamentação do pedido de impeachment é “extremamente sólida” e demonstra que a presidente da República cometeu crime de responsabilidade.

— É um sentimento crescente no Brasil hoje de que a presidente da República, pelos inúmeros equívocos que cometeu, pela mentira sem limites com a qual conduziu a sua campanha, perdeu as condições de nos tirar dessa crise — afirmou.

Legitimidade

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o presidente da Câmara não tem “legitimidade política e moral” de conduzir o processo.

— Um processo contra a pre-

sidente da República não pode ser conduzido por alguém que é praticamente réu no STF [Supremo Tribunal Federal]. O julgamento do impeachment é um julgamento político. A segunda fase do processo é o julgamento mais técnico, que é por conta do Senado — disse.

Para Randolfe, cabe agora ao governo, além de apresentar a defesa da presidente da República, buscar legitimidade.

—E acho que essa legitimidade só é encontrada com a opinião pública, não é no Parlamento que o governo deve buscar — sugeriu.

Serenidade

Já o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o pedido de impeachment cumpre as diretrizes constitucionais. Segundo avaliou, o fundamento é que a presidente Dilma feriu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para ele, o quadro de ingovernabilidade é muito evidente “na cabeça do cidadão brasileiro”. Caiado admite que a aceitação do pedido pode desestabilizar o país em um primeiro momento. Ele aponta, no entanto, que uma eventual saída de Dilma pode ser positiva para a política e para a economia.

— Em um segundo momento, vem o sentimento de buscar uma alternativa para tirar o país do caos — avaliou.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) pediu serenidade:

— O Senado tem uma função muito importante não apenas porque por aqui passa a decisão, mas também pela composição do Senado de ex-governadores, ex-presidentes, ex-ministros. Pessoas que têm responsabilidade com seus estados e com o país, o que deve nos fazer dar um ponto de equilíbrio nessa questão. É ruim criar um clima em que uma presidente da República pode ser chantageada.

Para o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), o país não vai ser paralisado por conta da decisão de Cunha.

— O Brasil vai continuar andando e o Senado vai continuar trabalhando. No que depender de nós, vamos continuar com nossa pauta. Há uma questão política, ninguém pode deixar de reconhecer: não é uma questão partidária, mas é uma decisão do presidente da Câmara de dar início à abertura do impeachment — afirmou.

Poucas horas depois da decisão de Cunha, a presidente da República afirmou, no Palácio do Planalto, que recebeu a notícia com indignação.

— São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentaram esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita e desvio de dinheiro público — declarou Dilma.

(Com Agência Câmara)

Decisão tem natureza técnica, diz presidente da Câmara

O presidente da Câmara afirmou que a decisão de acatar o pedido de processo de impeachment foi de natureza técnica.

— Não consegui encontrar nenhum argumento para descaracterizar a tese colocada — afirmou.

Para Cunha, essa é a oportunidade de o país enfrentar de uma vez por todas esse tema, levantado em diversas manifestações populares.

— Não causa felicidade a ninguém isso, mas não vi outro caminho. Não ficaria com isso na gaveta sem decidir — afirmou.

Neste ano, foram recebidos 28 requerimentos contra Dilma

O pedido de impeachment acatado ontem é o 28º apresentado à Câmara neste ano. O documento foi elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal. O texto aponta problemas de responsabilidade fiscal do governo e em fatos dos dois mandatos da presidente.

Um relatório do Ministério Público entregue ao Tribunal de Contas da União afirma que o governo de Dilma está repetindo em 2015 as manobras contábeis usadas em anos anteriores para maquiar gastos.

PT quer manutenção de processo para cassar Cunha

Os deputados do PT que fazem parte do Conselho de Ética da Câmara defenderam a continuidade do parecer preliminar do deputado Fausto Pinato (PRB-SP) no processo que pede a cassação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar.

Na representação, o PSOL e a Rede argumentam que há divergências entre dados da Procuradoria-Geral da República (PGR) e o depoimento prestado pelo presidente da Câmara à CPI da Petrobras em março, quando negou ter contas bancárias no exterior não declaradas à Receita Federal.

O processo

Conheça o caminho que pode levar à queda de um presidente da República

Denúncia de cidadão na Câmara dos Deputados contra o presidente da República por crime de responsabilidade



Processo protocolado e aceito pelo presidente da Câmara



Comissão especial com representantes de todos os partidos analisa o caso, ouve a defesa e emite parecer



Plenário da Câmara aprova admissibilidade da denúncia com votos de pelo menos 2/3 da Casa (342 dos 513 deputados)



Denúncia chega ao Senado



Presidente da República é afastado das suas funções por até 180 dias e substituído interinamente pelo vice-presidente



Dez sessões para a defesa do presidente



Sessão de julgamento no Plenário do Senado, presidida pelo presidente do STF

Condenação do presidente por pelo menos 2/3 do Senado (54 dos 81 senadores)



Presidente da República perde o cargo e assume o vice-presidente pelo tempo restante do mandato

Os presidentes da Câmara, do Senado e do STF não sucedem o presidente em caso de impeachment. Eles apenas ocupam a chefia do Executivo como substitutos em ausências temporárias

Congresso aprova nova meta fiscal para 2015

Segue para promulgação a proposta que altera as diretrizes orçamentárias em vigor e autoriza o governo a fechar este ano com déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões

PROJETO QUE ALTERA a meta de resultado primário deste ano e autoriza o governo a fechar 2015 com déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões foi aprovado ontem pelo Congresso. O PLN 5/2015 segue para promulgação imediata.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor previa um superávit de R\$ 55,3 bilhões, que não poderá mais ser atingido neste ano. O resultado primário da União até setembro foi deficitário em R\$ 22,2 bilhões, o menor valor registrado para o período desde 1997. Além disso, até outubro a arrecadação acumulou redução real de 4,5%. Com a piora do cenário fiscal, o Executivo pediu a revisão da meta.

O governo poderá agora acrescentar à sua meta até R\$ 68,1 bilhões, se não conseguir arrecadar os cerca de R\$ 16 bilhões previstos com concessões de usinas hidrelétricas, terminais portuários e outras da área de infraestrutura. Essas

concessões devem ser leiloadas ainda este ano.

Também entram na contabilidade as dívidas do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 57 bilhões, com o BNDES, FGTS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, resultado das pedaladas fiscais (manobras contábeis) apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas contas públicas federais do ano passado.

Quorum

Durante a sessão, a oposição tentou obstruir a votação nas duas Casas do Congresso, mas não conseguiu derrubar o quorum. Dois destaques apresentados por parlamentares opositoristas, contestando pontos particulares do projeto, foram derrubados, mantendo o texto intacto.

A alteração da meta fiscal obteve 314 votos favoráveis entre os deputados e 99 foram contrários. Entre os senadores, foram 46 votos a favor e 16



Fernando Collor, deputado Heráclito Fortes e Renan Calheiros à mesa de sessão do Congresso que acatou a alteração

contra. A sessão durou cerca de sete horas.

Enquanto a oposição procurava impedir o quórum e ganhar tempo com discursos, a base do governo priorizou

reunir seus parlamentares e garantir a votação o mais rápido possível. Mesmo assim, alguns governistas pronunciaram-se em defesa do projeto.

Para José Pimentel (PT-CE), líder do governo no Congresso, aprovar a mudança da meta fiscal era “uma responsabilidade do Parlamento com o país, que precisa voltar a crescer”.

— Esse projeto é fundamental para que o Brasil não seja paralisado e nós possamos dar continuidade a esse ajuste e preparar o país para crescer novamente — argumentou.

Contingenciamento

O governo federal havia anunciado o contingenciamento de mais de R\$ 10 bilhões em gastos e investimentos, que seria mantido caso a nova meta não fosse aprovada.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), também argumentou que a aprovação do projeto era fundamental para garantir o funcionamento da máquina do Estado.

Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou que a prática de mudar a meta fiscal não é exclusiva do governo do PT, mas bastante frequente, e lembrou à oposição que governos do PSDB também recorrem a ela.

— O que me impressiona mais é a seletividade do discurso. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi votada em 2000 e, no seu primeiro ano de vigên-

cia, 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso mudou a meta fiscal por medida provisória. Nos três maiores estados governados pela oposição nos últimos quatro anos, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, houve mudança de meta muitas vezes — disse.

Por outro lado, Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB, declarou que, ao propor a alteração da meta de superávit primário, o governo espera que o Congresso compactue com a “limpeza da cena de um crime”. Segundo o senador, o debate é significativo para a população.

— Não é mera discussão contábil de números áridos e temas incompreensíveis. É a vida dos brasileiros. É um país que está sendo levado à bancarrota — disse.

Já o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), observou que o Congresso aprova pelo segundo ano seguido a mudança da meta fiscal do Orçamento da União. Em sua opinião, isso é sinal de um “processo de desgoverno”.

— O PT se acha dono da estrutura do Estado e resolveu simplesmente definir a peça orçamentária como se fosse algo descartável e que pudesse ser alterado a qualquer minuto — questionou o senador.

Caiado também afirmou que a base do governo tenta “explicar o inexplicável” ao defender a proposta.

Barbosa: governo poderá retomar funcionamento

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, disse que a aprovação da alteração da meta fiscal de 2015 permitirá a retomada do funcionamento usual do governo nos próximos dias.

— A base está mobilizada, os ministros estão mobilizados para esclarecer qualquer dúvida que eventualmente apareça nesse processo — afirmou.

Barbosa esteve reunido com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a quem agradeceu o empenho pessoal pela aprovação do projeto, desde que ainda estava em exame no Plenário da Câmara.

— A reunião foi para analisar a situação orçamentária, reforçar a importância de votar a mudança da meta de 2015 e possibilitar que a gente possa reverter o condicionamento adicional que foi adotado. E ressaltar a importância de aprovar as metas de 2016 e dar continuidade à votação do Orçamento de

2016 — afirmou o ministro.

Barbosa também defendeu a aprovação da recriação da Contribuição Provisória por Movimentação Financeira (CPMF) pelo Congresso como forma de garantir o aumento da arrecadação do governo federal em 2016.

Os R\$ 10 bilhões a serem gerados com a recriação do tributo estão incluídos no relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) à receita da proposta orçamentária de 2016, aprovado terça-feira na Comissão Mista de Or-

çamento (CMO). A recriação da CPMF é prevista na PEC 140/2015, em tramitação na Câmara.

— Estamos mobilizando nossa base para tentar aprovar a CPMF o mais rápido possível. O Brasil precisa, infelizmente, dessa arrecadação adicional para fazer a travessia neste tempo de queda de receita. Estamos fazendo a avaliação do relatório de receitas aprovado ontem para ver qual implicação isso tem para o resultado fiscal do ano que vem — concluiu.



Governo tentará aprovar CPMF rapidamente, diz ministro do Planejamento

Escassez de água será discutida hoje em sessão do Plenário

A escassez de água no país será discutida hoje, às 11h, em sessão temática no Plenário do Senado. A iniciativa do debate é de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Os senadores lembram que o Brasil passa desde 2014 por uma crise de falta de água, apesar de o país ser considerado a maior potência hídrica do planeta. O problema, além de ser causado por

fatores climáticos e geográficos, de acordo com eles, é resultado do uso irracional e da má gestão dos recursos hídricos. O desperdício está avaliado em 35%, com vazamentos nas redes de distribuição e ligações clandestinas.

Estatísticas mostram que a Região Nordeste é a que mais sofre com o problema. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério

da Integração Nacional reconheceu, em julho, que 296 cidades do Piauí, Alagoas e Bahia estavam em situação de emergência por causa da estiagem. Em pior condição estavam os piauienses: faltava água em 152 dos 224 municípios do estado.

Cristovam e Cássio também ressaltam que a seca não maltrata somente as pessoas e os animais. Nos anos de

estiagem mais forte, o PIB agrícola do Nordeste chega a sofrer queda de 60%. Os reflexos, de acordo com os senadores, atingem todos os setores da economia e também a geração de energia.

Autoridades como o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, foram convidados para a sessão.